

30 MOS
A. B.
CAP. IV

Therêza Santos

Caminhos

Aprendi cedo, moleca ainda que era negra e a ter orgulho da raça, ensinada pela minha avó materna. Vivíamos quase de uma forma tribal, unidos e me sentia segura no seio da minha imensa família. O mundo se resumia àquela realidade. O início da descoberta foi aos 13 anos quando minha avó faleceu e fui morar com meus pais. Uma casa de vila de 22 casas onde só nós éramos negros. Nas brigas com as outras crianças eu era a macaca, tisiu, urubu e comecei a perceber as diferenças. No fim da rua, um morro, e só moravam negros, e a curiosidade; porque os brancos moravam embaixo, na rua, e os negros lá em cima? Comecei a procurar respostas, meu pai explicava, mas não me satisfazia, buscava respostas nas escolas em vão, era particular e não tinham negros.

Começo a ler, o pouco que existia sobre negro, para tentar entender, busco a verdade na sociedade, encontro com os comunistas – UNE- CPC – Centro Popular de Cultura, lá encontro a formação política, mas também o preconceito e a discriminação e assim descubro que não bastava ser só comunista e nem discurso de que as mudanças sociais traria a igualdade racial. Continuo lutando, lendo e buscando o caminho da igualdade. Participo de todos os movimentos, vou pra o Teatro Experimental do Negro. Conheço Abdias do Nascimento e José Maria Nunes Pereira, grandes mestres. Descubro a África e os movimentos de Libertação.

Mangueira. Lá vejo brancos e negros dividindo o mesmo espaço. Seria a igualdade? Não era ainda a igualdade que buscava, queria mais; direito a saúde, a educação, a moradia. Não era esta a realidade do morro. Trabalho com as crianças, reuniões com as mulheres era um dos caminhos. Cidadania? A palavra não estava tão na moda, o que queria mesmo era que as pessoas soubessem que tinham direitos e lutassem por eles. Continuo procurando a liberdade mas em 1969 sou parada compulsoriamente pela polícia. Impossível fazê-los entender que simplesmente buscava meu caminho. Prisão e fuga para São Paulo. Recomeçar a luta de qualquer forma, recebo ajuda de dois “malungos” Odacir de Matos e Aristides Barbosa. Tudo a fazer, os negros tímidos temerosos, era o período da ditadura e as pessoas tinham medo, começo a usar minhas armas, palestras, debates. O grupo vai crescendo, surge o Negro Arte Cultura. Depois o espetáculo teatral “E ...agora falamos nós” é mias uma frente de luta, partimos para organizar grupos no interior e aprendemos juntos a falar a gritar pelos nossos direitos. A luta cresce, mas outra vez a repressão aparece. Fuga. Refugiada. África. PAIGC – Partido Africano pela Independência da Guiné Bissau e Cabo Verde. Professora em Alto Casamance fronteira da Guiné com Senegal, Escola Teranga construída

pela UNICEF para crianças órfãs e refugiados de guerra. A luta era pela independência contra o colonialismo português, era também a minha luta. Depois de dois anos, Angola. Chego dois meses após a independência, me engajo na luta, aprendo, aprendo, aprendo sobre Angola, África, luta dos oprimidos, direitos dos povos, cidadania, liberdade. Dois anos e meio. Volta ao Brasil.

São Paulo, retomo meu trabalho, sou designada como Assessora de Assuntos Afro Brasileiros na Secretaria do Estado da Cultura, fiz da secretaria uma fronteira de luta realizando projetos voltados para a comunidade negra desenvolvendo trabalhos na capital e interior: Projeto Kizomba, Projeto Liberdade etc.

Teatro sobre a história do negro, movimentos sociais, feministas, escolas de samba, todos os lugares são perfeitos para a busca da consciência do Negro. Hoje aos 67 anos, sinto que fiz pouco e tenho necessidade de continuar buscando meu caminho que é a liberdade. Sonho que um dia construiremos uma sociedade igual e aí a busca chegará ao fim.

Thereza Santos

capítulo IV
CONQUISTA dos últimos 30 ANOS !!
MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO

Mulheres negras celebram data 26 de julho de 2002

Marcio André dos Santos**

O Dia da Mulher Negra não é somente uma forma de lembrança do que significou a contribuição dessa grande parcela da população brasileira e da América Latina. É sobretudo o reconhecimento de que estamos refazendo essa história com outro olhar; um olhar transformador". Maria América Pires, Articulação de Mulheres Brasileiras/RJ.

Entre os dias 19 e 25 de julho de 1992, mulheres negras de mais de 70 países reuniram-se na República Dominicana para a realização do 1º Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe. De acordo com Lúcia Xavier, da ONG Crioula e da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, foi a partir deste encontro que se instituiu o dia 25 de julho como o Dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe. Naquela ocasião teve início também a Rede de Mulheres Negras pertencentes a esta região, com o intuito comum de "dar visibilidade à presença da mulher negra nestes continentes, possibilitando também a discussão de temas relativos à condição destas mulheres, principalmente na denúncia do racismo e do sexismo". As condições gerais de vida e sustentabilidade da maioria da população negra brasileira e dos países da América Latina e Caribe têm sido mantidas praticamente as mesmas desde o início do século. Dentro deste segmento, a situação vivida pelas mulheres negras deve ser destacada por um prisma diferenciado à medida em que recai sobre este coletivo os piores índices socioeconômicos tanto no Brasil como no restante do continente. O prejuízo causado às mulheres negras por um conjunto articulado de opressões perpassam dimensões de âmbito privado e público e revelam "raízes da privação do poder, do medo, da violência, da exploração, negação e violação da pessoa; mas também revelam ângulos, idéias, sinais e gestos que indicam caminhos para a transformação", nas palavras de Cláudia Bonan, da Rede Feminista de Saúde do Rio de Janeiro. Desde meados dos anos 80 o Movimento de Mulheres Negras (MMN) tem se organizado na busca por autonomia reivindicando a condição de sujeitos coletivos e políticos plenos. Saturadas do discurso paternalista, clientelista, indiferenciado e universalista oriundo tanto do movimento feminista tradicional (formado majoritariamente por mulheres

brancas de classe média) quanto por parte do movimento negro, o MMN tomou rumos e diretrizes próprios de atuação. O desafio a partir de então passa a ser a construção de canais de diálogo com os demais movimentos sociais a partir de uma perspectiva pluralista e anti-racista. Edna Roland, presidente da ONG Fala Preta!, de São Paulo, sublinha o surgimento de organizações e entidades negras articuladas, basicamente, em torno dos efeitos provocados pela “interseção das desigualdades de gênero e raça sobre as mulheres negras”. Argumenta que foi a partir do ano do Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil (1988) que o MMN ascendeu de vez no cenário nacional. Entre estas organizações estão Aqualtune (RJ), Nzinga/Coletivo de Mulheres Negras (RJ); Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista/Casa de Cultura da Mulher Negra (SP); Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa (MA); Centro de Mulheres de Favela e Periferia- Cemufp (RJ); Maria Mulher (RS); Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte, (MG); Geledés-Instituto da Mulher Negra (SP); Coletivo de Mulheres Negras do Distrito Federal (DF); Criola (RJ); Fala Preta! Organização de Mulheres Negras (SP). O Dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe, nos seus dez anos de comemoração, representa a “entrada na cena política, social e cultural do movimento de mulheres negras” modificando assim a própria história do movimento negro e do movimento de mulheres, como afirma Sílvia Ramos, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC). Para Lúcia Xavier, são “dez anos de axé, visibilidade e construção das mulheres negra onde nos primeiros anos somente estas, uns poucos homens negros e alguns amigos da luta anti-racista saíam de suas casas para comemorar”. Hoje, ela continua “as maiores redes feministas e de mulheres brasileiras saem as ruas para juntas confraternizar, reivindicar e partilhar seus sonhos”. Um evento no Rio de Janeiro celebrou a data a prestou homenagem à **Sidneya dos Santos Jesus**, diretora de um presídio na cidade e que foi assassinada por membros do crime organizado. Condições de trabalho adversas, quando não perigosas, são lugar comum para milhares de mulheres negras, sinal de seu baixo status social. A luta por reconhecimento e dignidade, representado pelo coletivo de mulheres negras de todo o continente latino-americano, impulsiona a reflexão para a modificação da manutenção de privilégios sociais que beneficiam homens brancos, mulheres brancas e, até, homens negros. Não haverá avanço contra a opressão do racismo e do sexismo enquanto o véu que nos cega para

a realidade destas mulheres - nossas mães, avós, tias, irmãs - não for jogado para bem longe.

*Marcio André dos Santos é da equipe de Afirmar.